



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 07/2021

CARTA-CONTRATO N. 07/2021

PROCESSO SEI N. [0001998-09.2021.6.22.8000](#)

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA, E A EMPRESA EDITORA
NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA,
PARA ASSINATURA ANUAL DO SISTEMA
"SOLLICITA".**

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893/SSP-RO e CPF n. 475.106.849-00.

CONTRATADA: EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 06.132.270/0001-32, com sede na Rua Izabel a Redentora, n. 2356 - Edif. Loewen, Sala 118 - Bairro Centro, CEP: 83.005-010, Município de São José dos Pinhais/PR, Telefones: (41) 3778-1737/3778-1860/3778-1730/3778-1700/3778-1703, Fax: (41) 3778-1767, E-mails: negociospublicos.com.br e contato@bancodeprecos.com.br, neste ato representada pelo Senhor **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, brasileiro, casado, Cédula de Identidade n. 4.086.763-5/SESP-PR, CPF n. 574.460.249-68 e E-mail: r.reis@negociospublicos.com.br.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, Lei 10.406/2002 (Código Civil).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no *caput* do artigo 25, da Lei n. 8.666/93 e Carta-Contrato com fulcro no artigo 62 da Lei n. 8.666/93.

Ato de Autorização da Despesa e Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 787/2021-PRES/DG, de 25/06/2021.

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Contratação da Empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA, para prestação de serviço de 1 (uma) assinatura com 1 (um) acesso ao sistema “SOLLICITA”, com as seguintes funcionalidades, além das atualizações durante a contratação:

- I - Pesquisa sistematizada em jurisprudência, pareceres e questões;
- II - Banco de editais e auxílio da elaboração;
- III - Orientações e pareceres em temas de licitações e contratos, limitado a 12 (doze) consultas, com cortesia de mais 2 (duas) consultas, totalizando 14 (quatorze) consultas no período contratado.
- IV - Capacitação continuada por meio de vídeos de eventos promovidos pela empresa;
- V - Contador de prazos para licitações em andamento;
- VI - Analisador de balanços para certames;
- VII - Busca de fornecedores;
- VIII - Banco de penalidades de pessoas jurídicas;
- IX - Agenda eletrônica para organização de compromissos;
- X - Acesso aos periódicos “LICICON”, “NEGÓCIOS PÚBLICOS”, “O PREGOEIRO” e “GOVERNANÇA PÚBLICA”;
- XI - Notícias de atualidades, doutrinas e jurisprudência sobre licitações e contratos; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XII - Acesso via Internet no site www.sollicita.com.br por meio de **login/senha** de uso exclusivo não compartilhado com outras entidades públicas/privadas.

Subcláusula única - Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição o Projeto Básico, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, § 1º e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do dia 26/08/2021.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 7.990,00** (sete mil novecentos e noventa reais), consoante proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário do TRE-RO, PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.01, Nota de Empenho 2021NE000255, de 28/06/2021, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário, e consoante detalhado a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CATEGORIA ORÇAMENTO)	(TIPO	DE	Orçamento Ordinário (Manutenção Geral) - 2021
PLANO INTERNO			ADM ASSINA

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O pagamento será efetuado após a assinatura deste instrumento, em parcela única, no valor contratado, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pela unidade gestora, aplicadas as retenções legais.

Subcláusula Primeira - Para efetuar o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT) e Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Subcláusula Segunda - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços. O CONTRATANTE poderá, a seu critério, efetuar o pagamento com a retenção de valores para assegurar eventual aplicação de multa.

Subcláusula Terceira - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Quarta - A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Receber a chave de acesso do sistema, conforme discriminado na Cláusula Primeira desta Carta-Contrato;
2. Não compartilhar a chave acesso com outras entidades públicas/privadas;
3. Certificar a Nota Fiscal referente à assinatura contratada;
4. Anotar nos autos as ocorrências relativas ao cumprimento contratual, mantendo atualizados os documentos próprios dos registros de não funcionamento do sistema e oficiando a CONTRATADA caso ocorra a não utilização do sistema por problemas operacionais da empresa;
5. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
6. Efetuar pagamento conforme contratado;
7. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA; e
8. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste instrumento contratual e da proposta da contratada, observando o ordenamento jurídico correlato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, II, XII e XIII, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Encaminhar ao CONTRATANTE os LOGIN/SENHA de acesso ao sistema SOLLICITA, a partir do início da vigência para uso imediato;
2. Manter ininterruptamente o acesso ao sistema, comunicando com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as interrupções para eventuais manutenções ou atualizações do sistema, garantindo a compensação do tempo de suspensão/interrupção, quando superior a quatro horas;
3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal;
4. Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo determinado pelo gestor do contrato, contados de sua notificação, os serviços em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades
5. Realizar o objeto da presente Carta-Contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento contratual e na proposta da CONTRATADA;
6. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
7. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto desta Carta-Contrato;
8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
9. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE, a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE;
10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial desta Carta-Contrato; e
11. Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas na proposta e neste instrumento contratual, observando o ordenamento jurídico correlato.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 67, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – A gestão e a fiscalização desta Carta-Contrato será realizada pelo titular da Seção de Licitações e Compras (SLC) do TRE-RO, ou por seu substituto, na sua ausência, competindo a esse as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

Subcláusula Primeira - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

Subcláusula Segunda - A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços

Subcláusula Terceira - Os procedimentos adotados são os previstos nesta Carta-Contrato, no Projeto Básico, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – O descumprimento injustificado da obrigação assumida sujeita à CONTRATADA a multa moratória, consoante o caput e §§ do artigo 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I – Suspensão/Interrupção do sistema, não comunicado antecipadamente:

- a) em prazo superior a 4 (quatro) horas úteis: multa de 1% (um por cento);
- b) em prazo de 1 (um) dia útil, até o limite de 9 (nove) dias úteis: multa de 1% (um por cento) ao dia, até o limite de 9% (nove por cento);
- c) a partir de 10 (dez) dias úteis: multa de 10% (dez por cento), podendo caracterizar a inexecução contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Suspensão/Interrupção do sistema a partir de 10 (dez) dias úteis, ainda que comunicado antecipadamente, sujeita a CONTRATADA à aplicação de multa de 10% (dez por cento), podendo caracterizar a inexecução contratual.

III – Em qualquer dos casos previstos nos itens I e II, se comprovadamente não houver qualquer prejuízo, poderá a Administração deixar de aplicar a sanção ou aplicar sanção menos gravosa, sem prejuízo do dever de reposição dos dias em que o sistema esteve indisponível.

Subcláusula Primeira – Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação:

- a) primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, multa de 1% (um por cento);
- b) segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, multa de 2% (dois por cento);
- c) terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, multa de 3% (três por cento);
- d) quarto atraso de 1 (um) dia ou primeiro atraso superior a 1 (um) dia, poderá caracterizar como inexecução contratual.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Terceira - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si, inclusive com a penalidade de multa e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Projeto Básico, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

Subcláusula Quarta - As multas e demais sanções previstas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros.

Subcláusula Quinta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Sexta - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Oitava - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Primeira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União - DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Terceira - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ativa da União - DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Sétima - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Oitava – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Décima Nona- Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos a que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da administração; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui causa de rescisão contratual a contratação, pela empresa contratada, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Segunda – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93

Subcláusula Terceira – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – Havendo alteração unilateral desta Carta-contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XI e XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil e a Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento, que depois de lido e ratificado é assinado pelas partes e testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 07 de julho de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	RUDIMAR BARBOSA DOS REIS Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 07/07/2021, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS, Usuário Externo**, em 15/07/2021, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 15/07/2021, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 15/07/2021, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0712477** e o código CRC **E6B4E924**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Solicito a Vossa Senhoria **autorização** para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência/projeto básico para a pretensa contratação/aquisição, conforme segue:

Unidade solicitante:	<i>SLC - Seção de Licitações e Compras</i>
Unidade demandante:	<i>SLC - Seção de Licitações e Compras</i>
Servidores responsáveis pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do PB/TR:	Andercledson Reis (Chefe da SLC) Hermenson Pereira da Silva (Substituto automático)
Objeto:	Aquisição de assinatura de acesso ao sistema "SOLLICITA", de orientações, informações e ferramentas relacionadas a licitações, contratos e gestão pública.
Quantidade:	<i>1 assinatura com vários acessos simultâneos.</i>
Plano Anual de Contatação (PAC):	(X) Sim. () Não. Justificativa da necessidade:
Data em que deve ser iniciada a prestação de serviços ou a entrega do objeto:	<i>21/08/2021.</i>

Registra-se que este documento não substitui os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que serão realizados após despacho autorizando a presente Solicitação de Contratação.

Assim, encaminho os autos para análise e deliberação dessa autoridade administrativa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ANDERCLEDSON REIS, Chefe de Seção**, em 01/06/2021, às 08:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0697450** e o código CRC **F3460CBE**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

ETP - PARA DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA DISPENSAS E
INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO**

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Para cumprimento do [inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93](#), encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) para apreciação de Vossa Senhoria, com os elementos iniciais que integrarão o Projeto Básico para a pretensa contratação.

Contratação direta:	() Dispensa de licitação. Art. 24, inciso ____ da Lei n. 8.666/93. (X) Inexigibilidade de licitação – Art. 25, <i>caput</i> , da Lei n. 8.666/93.
Unidade solicitante:	SLC - Seção de Licitações e Compras
Unidade demandante:	SLC - Seção de Licitações e Compras



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Servidor ou equipe responsável pela elaboração do projeto básico da contratação:	<i>Andercledson Reis - Chefe da SLC</i> <i>Hermenson Pereira da Silva - Substituto automático</i>
Contratação com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC?	(X) Sim. () Não. Justificar, de forma sucinta, a razão da não inclusão prévia no PAC.
Houve contratação semelhante em exercícios anteriores?	() Não. (Se assinalado, não responder os demais). (X) Sim. () Houve incidentes durante o procedimento de seleção da proposta ou na execução do contrato, ou em ambos? NÃO () As lições aprendidas estão sendo consideradas neste estudo?
Justificativa:	<ul style="list-style-type: none">- Necessidade de dotar os servidores públicos que atuam direta ou indiretamente na área de licitações e contratações de informações e conhecimento necessários para o adequado exercício de suas atividades.- Prover fonte de notícias e informações na área de licitações, contratos e gestão pública.- Colocar à disposição dos servidores periódicos específicos na área de licitações e contratos.- Capacitar servidores na área de licitações e contratos, por meio de vídeos gravados de eventos realizados pelo grupo.- Dispor de auxílio técnico direto no caso de dúvidas específicas.
Objeto:	<ul style="list-style-type: none">- Fornecimento de uma assinatura anual com diversos acessos simultâneos ao sistema "SOLLICITA", incluindo notícias, periódicos, jurisprudência, eventos de capacitação gravados, artigos, pesquisas, estudos e outras fontes de informações na área de licitações e contratos.
Quantidade: <i>(Estimativa das quantidades)</i>	Previsão inicial de valores: () Não.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(unidades)).	(X) Sim: R\$ 7.999,00.
Data prevista para o início das entregas ou para a prestação dos serviços:	21/08/2021

0001998-09.2021.6.22.8000

0697774v4



Documento assinado eletronicamente por **ANDERCLEDSON REIS, Chefe de Seção**, em 14/06/2021, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0697774** e o código CRC **26C34B08**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 3/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC

1 - INTRODUÇÃO

Elabora-se o presente Projeto Básico, nos termos do art. 6º, IX e art. 7º, I, da Lei nº 8.666/93, da Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO e da Resolução TSE nº 23.234/2010, tendo em vista a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de assinatura anual de acesso ao sistema "SOLLICITA".



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2 - OBJETO

Contratação da pessoa jurídica EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA, **CNPJ** 06.132.270/0001-32, para prestação de serviço de uma assinatura de acesso ao sistema "SOLLICITA", pelo período de 12 (doze) meses, conforme proposta ([0700537](#)).

Em síntese, o objeto propicia:

- I - Pesquisa sistematizada em jurisprudência, pareceres e questões;
- II - Banco de editais e auxílio da elaboração;
- III - Orientações e pareceres em temas de licitações e contratos, limitado a 12 (doze) consultas no período contratado.
- IV - Capacitação continuada por meio de vídeos de eventos promovidos pela empresa;
- V - Contador de prazos para licitações em andamento;
- VI - Analisador de balanços para certames;
- VII - Busca de fornecedores;
- VIII - Banco de penalidades de pessoas jurídicas;
- IX - Agenda eletrônica para organização de compromissos;
- X - Acesso aos periódicos "LICICON", "NEGÓCIOS PÚBLICOS", "O PREGOEIRO" e "GOVERNANÇA PÚBLICA";
- XI - Notícias de atualidades, doutrinas e jurisprudência sobre licitações e contratos;

O acesso dar-se-á via Internet no site www.sollicita.com.br por meio de login/senha de uso exclusivo não compartilhado com outras entidades públicas/ privadas.

3 – JUSTIFICATIVA

3.1 DA NECESSIDADE

É fato público e notório que a legislação, a doutrina e a jurisprudência em licitações e contratos têm sofrido constantes modificações, exigindo dos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

administradores públicos constante acompanhamento, atualização e capacitação no tema, **em especial a recente publicação e entrada em vigor nova lei de licitações e contratos, a Lei 14.133/2021.**

Por outro lado, os valores para informar e capacitar todos os servidores ao mesmo tempo torna-se muito dispendioso, ainda mais no atual cenário de pandemia e de contenção de despesas.

Nesse contexto, é oportuna a utilização de uma ferramenta sem par no mercado, que auxilia a Administração Pública na tomada de decisões na área de licitações e contratos, por meio de um sistema repleto de informações relativas ao tema, reunindo informações da jurisprudência, da doutrina e da prática administrativa, além de capacitações, periódicos e estudos.

Dentre as funcionalidades citadas no item 2 deste TR, destacam-se como importante auxílio nas atividades da SLC:

I) PESQUISA SISTEMATIZADA: Essa ferramenta possibilita à SLC consultar diretamente no banco de dados do sistema como a doutrina e a jurisprudência têm se comportado sobre determinado assunto. Basta digitar o termo na barra de pesquisa que o sistema retorna com as informações. Tal recurso propicia ao pregoeiro agilidade, visto que atualmente a consulta é feita buscando os temas em diversos sites, quando a ferramenta possibilita a reunião dessas informações em um único banco de dados.

II) SOLICITA ORIENTAÇÃO: Essa ferramenta possibilitará à SLC consultar diretamente ao corpo técnico da empresa NEGÓCIOS PÚBLICOS sobre temas em licitações e contratos, podendo solicitar respostas objetivas ou pareceres. Evidentemente que tal ferramenta não retira a necessidade de parecer jurídico do corpo técnico deste Tribunal, até por razões de competência legal, mas certamente auxilia na melhor instrução de processos administrativos, reduzindo o número de diligências e retificações.

III) SOLICITA PERIÓDICOS: Essa ferramenta possibilitará acesso aos periódicos LICICON, NEGÓCIOS PÚBLICOS, O PREGOEIRO e GOVERNANÇA PÚBLICA, que são voltados aos gestores e operadores da área de logística de aquisições e contratações.

IV) CAPACITAÇÃO CONTINUADA: Essa ferramenta possibilitará à SLC acesso permanente e ilimitado aos vídeos produzidos nos eventos de treinamento e capacitação realizados pela empresa. A ferramenta não substitui a participação nos eventos, visto que não possibilita a apresentação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de questionamento aos instrutores, não disponibiliza o material do curso e não certifica a participação. Todavia, o acesso aos vídeos produzidos nos eventos contribui, em muito, para a difusão do conhecimento produzido nos eventos, além de propiciar informações que podem ser muito importantes na tomada de decisões, além de capacitar os servidores de forma contínua, pois permite acesso ilimitado ao conteúdo.

V) NOTÍCIAS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS: Indicustivelmente vai ao encontro da necessidade dos servidores da SLC em manterem-se informados sobre o tema.

Os apontamentos acima demonstram importância dessas ferramentas, sem desmerecer as outras ferramentas ofertadas e indicadas no item 2 que, mesmo em menor grau, mas tomadas em conjunto, podem colaborar bastante nas atividades realizada pela SLC.

Atualmente este Tribunal já possui contratado de um acesso ao sistema em questão. Esse acesso tem sido utilizado pela SLC, dada a sua atividade rotineira de realizar certames licitatórios. A ferramenta tem se mostrado muito útil aos Pregoeiros, dada a diversidade de informações sobre o tema, o que tem contribuído para a melhoria das atividades da SLC e, consequentemente, acaba refletindo em outras unidade do Tribunal.

O contrato atual expira em 25/08/2021 (proc. adm. [0001538-56.2020.6.22.8000](#)), razão pela qual apresentamos este projeto básico, a fim de se evitar a descontinuidade do serviço.

O objeto ora solicita vai ao encontro das necessidades de informação, pesquisa e capacitação continuada dos servidores da SLC e outras unidades que lidam com o tema LICITAÇÕES & CONTRATOS.

3.2. DA QUANTIDADE DE ACESSOS E DO PRAZO

O objeto em questão prevê apenas uma assinatura de acesso ao sistema SOLICITA. Aparentemente parece pouco diante da quantidade de ferramentas que o sistema oferece. Todavia, a única assinatura tem sido suficiente para auxílio às atividades da SCL. Ademais, apesar de ser uma única assinatura, o sistema permite o cadastramento de vários "usuários-padrão". Caso necessário, poderá a Administração futuramente fazer novas contratações com assinaturas de mais acessos, se entender pertinente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do término do contrato atual ([0546384](#)), a fim de que não ocorra problema quanto à continuidade.

3.3 DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o serviço pretendido vai ao encontro de objetivos estratégicos traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste Órgão, a saber:

- VISÃO DE FUTURO: Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;
- VALORES: Ética, celeridade, transparência, eficácia, comprometimento e inovação.
- PROCESSOS INTERNOS: Combate à corrupção e à improbidade administrativa.
- PESSOAS E RECURSOS: Aperfeiçoamento da gestão de pessoas e fortalecimento da governança.

3.4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Acerca da sustentabilidade, é importante destacar que a comercialização, distribuição e utilização do sistema SOLLICITA não constitui atividade poluidora. Isso porque o sistema é totalmente operacionalizado “on line”, na plataforma web da rede mundial de computadores (intranet). Assim, não há que se falar em atividade poluidora, o que afasta exigência dos critérios de sustentabilidade previstos pelo art. 6º da IN 01/201-SLTI para a contratação de serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ademais, seria inviável tal exigência não somente por conta da utilização por meio eletrônico, como também pelo fato de ser a futura contratada a única instituição a comercializar o produto e este ser exclusivo no mercado.

Por fim, a forma digital de acesso ao conteúdo, bem como a contratação por meio de assinatura e arquivos digitais (sistema SEI) garantem o não consumo de papel e a desnecessidade de impressão o que, por si só, já se constitui prática de sustentabilidade ambiental.

4 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Consoante certidão emitida pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação - ASSESPRO ([0703188](#)), a empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL, CNPJ 06.132.270/0001-32, detém exclusividade na autoria e fornecimento, para todo o território nacional, do sistema SOLICITA.

Em razão disso, diante da exclusividade na prestação dos serviços pela citada empresa, entende-se, *s.m.j.*, pela contratação direta, por inexigibilidade de licitação, eis que configurada a inviabilidade fática e jurídica de competição, a teor do que dispõe o art. 25 da Lei nº 8.666/93.

5 – VALOR E ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O valor da prestação do serviço será de **R\$ 7.990,00** (sete mil, novecentos e noventa reais), conforme Carta Proposta da empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ([0700537](#)).

Como se trata de exclusividade, junta-se ao presente Termo de Referência comprovação de que o valor proposto é o preço praticado no âmbito da Administração Pública ([0702673](#)). Importante destacar que o preço é o mesmo praticado no contrato vigente.

As despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrão com recursos do **Orçamento Anual de 2021** deste Tribunal, cuja fonte de recurso, Programação orçamentária e natureza de despesa serão:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO): Orçamento Ordinário (Manutenção Geral) - 2021

PLANO INTERNO: ADM ASSINA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6 - CONTRATO

6.1. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência básico será regulada por Carta-Contrato.

Como condição para assinatura do Contrato, a adjudicatária deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho. Como medida diligente, a Administração procederá à consulta de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, não podendo a empresa estar impedida de contratar com este Tribunal. Até o presente momento, tais condições acham-se supridas, conforme evento [0702697](#).

Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o Termo de Contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, que seguirá a ordem abaixo:

I - Após a efetivação da contratação, a empresa fornecedora será convocada pela Seção de Contratos, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.

II - Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a empresa fornecedora será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do Contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação pela Seção de Contratos.

Apresentada a proposta e adjudicado o objeto, se a adjudicatária recusar-se a assinar, injustificadamente, ou se não apresentar situação regular no ato da assinatura do instrumento contratual, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor adjudicado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.2. DOS DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE

São deveres do contratante:

- I. Receber a chave de acesso do sistema;
- II. Não compartilhar a chave acesso com outras entidades públicas/privadas;
- III. Certificar a Nota Fiscal referente à assinatura contratada;
- IV. Anotar nos autos as ocorrências relativas ao cumprimento contratual, mantendo atualizados os documentos próprios dos registros de não funcionamento do sistema e oficiando a CONTRATADA caso ocorra a não utilização do sistema por problemas operacionais da empresa;
- V. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- VI. Efetuar pagamento conforme contratado;
- VII. Cumprir e fazer cumprir as disposições do instrumento contratual e da proposta da contratada, observando o ordenamento jurídico correlato.

6.3. DOS DEVERES DA CONTRATADA

São deveres da contratada:

- I. Encaminhar ao CONTRATANTE os LOGIN/SENHA de acesso ao sistema SOLLICITA, a partir do início da vigência.
- II. Manter ininterruptamente o acesso ao sistema, comunicando com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as interrupções para eventuais manutenções ou atualizações do sistema, garantindo a compensação do tempo de suspensão/interrupção, quando superior a quatro horas.
- III. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal;
- IV. Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo determinado pelo gestor do contrato, contados de sua notificação, os serviços em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V. Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas na proposta e no instrumento contratual, observando o ordenamento jurídico correlato.

6.4. DO PAGAMENTO

A Administração Contratante efetuará o pagamento em parcela única, no valor contratado, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada.

Para efetuar o pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT).

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços. A contratante poderá, a seu critério, efetuar o pagamento com a retenção de valores para assegurar eventual aplicação de multa.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Demais obrigações da Contratante e da Contratada estão dispostas na minuta do Termo de Contrato e na proposta da empresa.

6.5. DAS SANÇÕES

6.5.1. Disponibilidade do sistema

O descumprimento injustificado da obrigação manter o sistema disponível sujeita a CONTRATADA à multa moratória, consoante o caput e §§ do artigo 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I – Suspensão/Interrupção do sistema, não comunicado antecipadamente:

- a) em prazo superior a 4 (quatro) horas úteis: multa de 1% (um por cento);
- b) em prazo de 1 (um) dia útil, até o limite de 9 (nove) dias úteis: multa de 1% (um por cento) ao dia, até o limite de 9% (nove por cento);
- c) a partir de 10 (dez) dias úteis: multa de 10% (dez por cento), podendo caracterizar a inexecução contratual.

II - Suspensão/Interrupção do sistema a partir de 10 (dez) dias úteis, ainda que comunicado antecipadamente, sujeita a contratada à aplicação de multa de 10% (dez por cento), podendo caracterizar a inexecução contratual.

III – Em qualquer dos casos previstos nos itens I e II, se comprovadamente não houver qualquer prejuízo, poderá a Administração deixar de aplicar a sanção ou aplicar sanção menos gravosa, sem prejuízo do dever de reposição dos dias em que o sistema esteve indisponível.

6.5.2. Descumprimento de determinação do gestor/fiscal

Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, multa de 1% (um por cento);
- b) segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, multa de 2% (dois por cento);
- c) terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, multa de 3% (três por cento);
- d) quarto atraso de 1 (um) dia ou primeiro atraso superior a 1 (um) dia, poderá caracterizar como inexecução contratual.

6.5.3. Outras sanções

As sanções aqui estabelecidas poderão ser aplicadas sem prejuízo de outras previstas no instrumento contratual e na legislação correlata.

7 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Gestão e Fiscalização do ajuste será realizada pelo titular da **Seção de Licitações (SLC)**, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERCLEDSON REIS, Chefe de Seção**, em 14/06/2021, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0703200** e o código CRC **FDAE1FE4**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001998-09.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS (SLC)

ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação – Contratação de Pessoa Jurídica especializada no fornecimento de assinatura anual de acesso ao sistema eletrônico SOLLICITA – análise de Carta-Contrato.

PARECER JURÍDICO Nº 74 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo aberto pela Seção de Licitações e Compras (0697446), mediante o qual se busca a contratação da empresa **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 06.132.270/0001-32**, autora e distribuidora exclusiva do sistema eletrônico “SOLLICITA”, para fornecimento de assinatura anual, com um acesso e as funcionalidades elencadas no item 2 do Projeto Básico Nº **3/2021** - **PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC**, constante do evento 0703200.

02. Na Solicitação de Contratação 3 (0697450) consta como unidade solicitante e demandante a Seção de Licitações e Compras (SLC), o instrumento foi submetido à aprovação do secretário da SAOFC e o pedido foi autorizado para elaboração do estudo técnico preliminar no Despacho n. 845/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC (0697460). Com isso a SLC, unidade demandante da contratação, elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação (0697774).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta da empresa **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA - ME** (0700537), regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS, Receita Federal, Justiça do Trabalho e CNJ (0702697), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública, e certificado de exclusividade fornecido pela **Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO** Regional Paraná (0703188).

04. Verifica-se que consta do **Projeto Básico 3/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC** (0703200) a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, forma de pagamento, as sanções administrativas, indicação da SLC para gestão e fiscalização da contratação. A minuta de carta-contrato com os contornos da contratação foi junta aos autos no evento 0703278.

05. A SLC encaminhou, por e-mail (0702608), o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente que atestou sua concordância ao referido documento, conforme e-mail constante no evento (0702666).

06. O secretário da SAOFC (Despacho n. 936/2021 – PRES/DG/SGP/GABSGP - 0703347) recebeu os autos e enviou à COMAP, para análise do Projeto Básico 3/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC, à COFC para programação orçamentária, e a esta AJDG para emissão de parecer jurídico.

07. Em seguida vieram aos autos a análise do PB 3 (0703200) pela Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável na avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência neste órgão, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008. Verificou a unidade que o PB, complementado pela proposta da empresa, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Projeto Básico, pela adjudicação do objeto à proponente ([0704810](#)).

08. A COFC procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 7.990,00 (Sete mil novecentos e noventa reais)**, indicando o Pré-Empenho n. 2021ND000316, para custear a futura demanda da unidade, oportunidade na qual informou estar a despesa pretendida pela Administração adequada e compatível orçamentária e financeiramente com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a lei orçamentária anual, com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (0705317).

09. Assim instruídos, os autos foram recebidos nesta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

10. Inicialmente, importa esclarecer a possibilidade de contratação por inexigibilidade, com fundamento no art. 25 da Lei n. 8.666/93. O **Manual de Licitações & Contratos**, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição se mostrar possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária.

A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229).

11. A esse respeito temos o Acórdão TCU Plenário n. 125/2005:

Acórdão 125/2005 Plenário: Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

12. Como há nos autos declaração da **Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO** Regional do Paraná, informando que a empresa **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL EIRELI - ME** detém exclusividade no Brasil na distribuição do sistema “SOLLICITA” (0703188) em todo território nacional, entende-se que a contratação poderá enquadrar-se na hipótese de **inexigibilidade de licitação** descrita no **art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93**.

13. O Projeto Básico em análise (0703200), por sua vez, contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei n. 8.666/93, razão pela qual recomenda sua **aprovação pela autoridade competente, caso assim entenda**, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – CONCLUSÃO

14. Nesses termos, conclui-se que a contratação requerida pela Seção de Licitações e Compras - SLC poderá ser processada diretamente com a empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA - ME – CNPJ n. 06.132.270/0001-32, já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no **caput do art. 25 da Lei n. 8.666/93**, porquanto demonstrou que está apta a contratar com o setor público, situação que deverá ser reafirmada no ato da contratação, se necessário.

15. Resta, neste momento, a análise formal dos termos da minuta do instrumento anexada no evento 0703278. Pois bem, verifica-se que o referido instrumento se encontra em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

16. Assim, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos, esta Assessoria Jurídica **aprova** a minuta supramencionada.

17. Por fim, alerta-se para a necessária **ratificação da despesa pela autoridade competente, sugerindo-se, em homenagem ao princípio da Publicidade (insculpido no art. 37 da Constituição Federal), a publicação do ato apenas no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal**, em razão do valor não ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 (**Acórdão TCU 1336/2006-Plenário**).

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 24/06/2021, às 14:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0707629** e o código CRC **EAD52ABF**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001998-09.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de assinatura anual de acesso ao sistema eletrônico "*SOLLICITA*".

DESPACHO Nº 787 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Licitações e Compras - SLC, mediante o qual se busca a contratação da empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 06.132.270/0001-32, para fornecimento de assinatura anual de acesso ao sistema eletrônico SOLLICITA ([0697446](#)).

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta comercial da referida empresa ([0700537](#)), certificado de exclusividade fornecido pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO Regional Paraná ([0703188](#)) e pesquisa de preços realizadas em outros órgãos ([0702673](#)).

Ademais, a regularidade fiscal da empresa junto ao FGTS, Receita Federal, Justiça do Trabalho e CNJ foi comprovada, evento nº [0702697](#), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública, e cópia da 7ª alteração contratual da empresa ([0702669](#)).

A SLC elaborou o Projeto Básico ([0703200](#)), no qual dimensionou o valor da contratação em R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais), onde constam especificação do objeto, justificativa, inexigibilidade de licitação, valor e aderência ao planejamento orçamentário, contrato, pagamento, sanções e anexos.

A COMAP, em análise do Projeto Básico, complementado pela proposta juntada no evento [0700537](#), concluiu que se encontra em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 para contratação direta com inexigibilidade de licitação, manifestando-se pela adjudicação do objeto à proponente ([0704810](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária [0705317](#), informando a SPOF que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA.

A SECONT elaborou a minuta da carta-contrato, evento nº [0703278](#), e remeteu os autos para análise da Assessoria Jurídica desta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Diretoria-Geral, tendo esta concluído que a contratação em questão poderá ser processada diretamente já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93; aprovou os termos da minuta de carta-contrato ([0703278](#)), em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93; e alertou para a necessária ratificação da despesa pela autoridade competente, sugerindo a publicação do ato apenas no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, em razão do valor não ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da lei nº 8.666/93 (evento [0707629](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou nos termos do Parecer Jurídico AJDG nº 74/2021 ([0707629](#)), com a contratação direta da empresa Editora Negócios Públicos do Brasil Ltda. - ME e pela publicação do ato de ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0707921](#)).

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei nº 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Compulsando os autos, observa-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que a empresa detém exclusividade no Brasil para o fornecimento do serviço que se pretende adquirir, restando demonstrada a impossibilidade material do desencadeamento de competição ([0703188](#)).

Ademais, verifica-se que o Projeto Básico ([0703200](#)), complementado pela proposta da empresa ([0700537](#)) para fornecimento dos serviços, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX; art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, esta Diretoria-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade apontada pela AJDG e reconhecida pela SAOFC, constante do art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e, por consequência:

I - Aprova o ETP ([0697774](#)) e o Projeto Básico nº 3 ([0703200](#)), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93;

III - Autoriza a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL EIRELI, CNPJ nº 06.132.270/0001-32, no valor de R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais); e

IV - Determinar a publicação da ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal.

À SAOFC para continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/06/2021, às 18:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0707993** e o código CRC **03400937**.